

‘Pacote’ nada tem a ver com o FMI, diz Galvêas

**Da sucursal de
PORTO ALEGRE**

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem, em Novo Hamburgo, a 48 km de Porto Alegre, que “para cumprir programas que revelam alguns desvios, com o déficit público, serão necessárias medidas extras que estão sendo tomadas sem nenhuma pressão do Fundo Monetário Internacional”. O atraso na liberação da parcela do FMI foi considerado, por ele, “consequência natural de termos ultrapassado o limite do déficit público. Mas não será nenhum problema para o País, pois nós já tínhamos comprometido esses recursos com o IBS”.

Galvêas reconheceu, contudo, que o País enfrenta dificuldades para o fechamento dos projetos 3 e 4, pois alguns bancos ainda não completaram seus compromissos, o que deverá ser feito na medida em que o Brasil aumentar as exportações. Ele observou que, “nas linhas interbancárias do Projeto 4, a deficiência é maior. Hoje deveria estar com US\$ 7,5 bilhões e está com US\$ 6 bilhões, portanto, com uma defasagem de US\$ 1,5 bilhão”.

Em consequência, o Brasil atrasou pagamentos, no Exterior, da ordem de US\$ 800 milhões, informou o ministro, “dos quais US\$ 300 milhões não são propriamente atrasos, pois já foram liquidados pelos bancos brasileiros, só configurando atrasos na contabilidade do Banco Central”. Esses atrasos, disse, decorrem “da defasagem de US\$ 1,5 bilhão do Projeto 4”.

Para corrigir o déficit público é que estão sendo estudadas medidas especiais, que constarão do “pacote” a ser anunciado na próxima semana, estabelecendo uma redução das despesas das estatais. Galvêas afirmou que deverão ser corrigidas distorções, como nos repasses dessas empresas aos fundos de pensão de seus funcionários. “Algumas — disse — pagam um por um, mas outras comprometem quantias muito superiores às contribuições dos próprios associados, e vamos corrigir isto. Estamos buscando uma forma. Também devemos limitar os salários em até 13 e regular as gratificações.”

Também está sendo analisada a possibilidade de os bancos privados serem liberados em seus limites de crédito para o

setor privado, anunciou o ministro: “É uma idéia assim, vamos contribuir para redução dos juros ao mesmo tempo em que será reduzida a pressão do governo no mercado”.

SUBSÍDIOS

Quanto aos subsídios, Galvêas confirmou que deverão ser ajustados tanto para a agricultura quanto para a exportação: “Não faz sentido uma inflação de 120% e juros de 40%. A diferença é muito grande. Temos de adequar isto à nossa realidade”. O ministro da Fazenda confirmou que o governo também cogita da adoção de um novo “imposto calamidade”, mas praticamente descartou a alternativa do governo Ernesto Geisel, que recolheu antecipadamente 5% do Imposto de Renda.

“As enchentes no Sul e a seca no Nordeste estão-nos levando a adotar alguma medida nesta área para aumentar a arrecadação. Basicamente, pensamos em aumentar a arrecadação, principalmente da área financeira, pois não queremos sobrecarregar as pessoas físicas e jurídicas. O objetivo é atender os problemas sociais, mas será uma medida de dimensão limitada”, disse Galvêas.